DEUS ACIMA DE TODOS: a guerra cultural e os persistentes ecos religiosos do Escola Sem Partido

GOD ABOVE ALL: The Culture War and the Persistent Religious Echoes of the "Escola Sem Partido" Movement

Laura Rodrigues Silva [1]

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o movimento Escola Sem Partido enquanto um ativismo político e religioso ainda operante. Muito além de projeto institucional voltado à educação, entende-se o movimento enquanto um catalisador do conservadorismo brasileiro, que utiliza a religião cristã para mobilizar politicamente seus apoiadores, principalmente de setores evangélicos. Por outro lado, pretende-se apresentar o Escola Sem Partido como o ponto de partida, mas não o ponto final da ação política contra a suposta “doutrinação” nas escolas. Atualmente, o movimento ultrapassa os limites da organização original fundada por Miguel Nagib em 2004 e segue sendo acionado por políticos, sobretudo os vinculados à nova direita brasileira, como instrumento da chamada "guerra cultural” - ferramenta utilizada para atacar professores, a educação pública e as pautas relacionadas à diversidade, frequentemente associadas à esquerda. Nesse sentido, aqui, parte-se do pressuposto que eventos como o crescimento de projetos que buscam a implementação de colégios cívico-militares e a aprovação da Bíblia como material didático em algumas escolas públicas estão ligados aos ecos do Escola Sem Partido. Através de uma revisão bibliográfica, que reúne autores como Demuru (2024) e Castro (2021), este estudo busca evidenciar que o maior êxito do projeto está na persistência de suas ideias - um motor poderoso no engajamento e organização de setores cristãos e conservadores - ainda que tenha sido considerado inconstitucional por decisão do STF.

Palavras-chave: Escola Sem Partido; religião; conservadorismo; mobilização eleitoral; educação.

ABSTRACT

[1] Formação: Bacharel e licenciatura em História e mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas. Educadora Museal - Palácio da Liberdade. ORCID: https://orcid.org/0009-0006-8673-2035

This article aims to present the Escola Sem Partido movement as an ongoing form of political and religious activism. Far beyond an institutional project focused on education, the movement is understood as a catalyst for Brazilian conservatism, which uses the Christian religion to politically mobilize its supporters. On the other hand, it seeks to present Escola Sem Partido as the starting point, but not the final destination, of political action against alleged 'indoctrination' in schools. Currently, the movement goes beyond the limits of the original organization founded by Miguel Nagib in 2004 and continues to be mobilized by politicians, especially those linked to the Brazilian new right, as an instrument of the so-called 'culture war' - a tool used to attack teachers, public education, and issues related to diversity, which are often associated with the left. In this sense, the article assumes that events such as the growth of projects seeking to implement civic-military schools and the approval of the Bible as teaching material in some public schools are linked to the echoes of Escola Sem Partido. Through a literature review drawing on authors such as Demuru (2024) and Castro (2021), this study seeks to demonstrate that the project's greatest success lies in the persistence of its ideas - a powerful driving force behind the engagement and organization of Christian and conservative sectors - even though it was deemed unconstitutional by a Supreme Federal Court (STF) ruling.
Keywords: Escola Sem Partido; religion; conservatism; electoral mobilization; education

1 INTRODUÇÃO

Os ataques à educação não são novidade no Brasil, visto que o campo é compreendido enquanto uma poderosa ferramenta de construção de sociedade. Não por acaso, historicamente, a educação é alvo de disputas ideológicas e religiosas. Em seu livro intitulado “Educação e Sociedade no Brasil”, o sociólogo Florestan Fernandes procura traçar os desafios e condições histórico-sociais em que o ensino se assentou no país. Frente a isso, o autor afirma a necessidade de travar um diálogo entre as raízes econômicas, políticas e socioculturais dos dilemas educacionais com que nos defrontamos. Esses dilemas, segundo Fernandes, coexistem de forma dialética, pois

> existe uma interdependência estrutural e dinâmica entre a educação e a sociedade, em consequência da qual: 1°) a educação forma o homem; 2º) o homem define o valor social da educação. [...] No entanto, a importância da educação como técnica social e as funções que ela chega a desempenhar na formação da personalidade dependem estreitamente do modo pelo qual os homens entendem socialmente [...] as relações que devem se estabelecer entre a educação e a vida humana (1966, p.71)

O trecho evidencia, portanto, a influência direta do homem como agente formador do valor social da educação. Nesse sentido, os embates no campo educacional carregam, inevitavelmente, valores e ideologias vinculados a contextos e conjunturas históricas

específicas, mas que persistem e se reinventam diante de certos componentes comuns que pretendemos explorar: o anticomunismo, a forte influência da religião cristã na formulação das políticas públicas e, consequentemente, a mobilização eleitoral organizada a partir dessas interferências.

O Movimento Escola Sem Partido não foi o primeiro a evocar e sequestrar os discursos e narrativas supracitados. Ainda na década de 30, Getúlio Vargas inaugurou a denúncia de uma suposta infiltração comunista dentro das escolas. De acordo com José Silvério Bahia Horta,

> depois de evocar a "infiltração comunista" no ensino e denunciar aqueles que "envenenam o ambiente, turvam as águas, não praticando mas ensinando o comunismo nas escolas", o presidente Getúlio afirma que, diante do perigo comunista, a repressão não era suficiente [...]. No capítulo dedicado à segurança nacional, o presidente anuncia um "vasto plano de educação, de fundo acentuadamente nacional", com a dupla função de "elevar o nível cultural das elites" e "melhorar a educação política da população em geral" (1997, p. 32)

É na ditadura do Estado Novo, portanto, que o Brasil observa pela primeira vez um discurso de "doutrinação comunista" alimentado pelo Estado. Essa narrativa permaneceu na Ditadura Civil-Militar, também sustentado pelas estruturas institucionais que regiam a nação. Não por acaso, no ano de 1969, o então Ministro da Educação, Tarso Dutra, justificou a obrigatoriedade do Ensino de Educação Cívica como uma "contestação dentro da escola brasileira contra a infiltração ideológica [...]" (Lira, 2010, p.74-75).

Ainda dentro do contexto ditatorial, outro momento merece atenção. A fim de impedir manifestações contrárias ao governo dentro das instituições de ensino, o então presidente Costa e Silva instituiu o Decreto-Lei 477, direcionado a professores, alunos e funcionários de escolas e universidades públicas e privadas. Segundo o Decreto-Lei 477, o presidente decreta infração àqueles que:

> I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento; II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle; III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe; [..] VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública. (Decreto-lei 477, 1969.)

Dessa forma, o decreto lançava punições àqueles que de alguma forma incitassem, incentivassem ou demonstrassem oposição ao governo ditatorial. Ademais, proibia, sob pena de expulsão, perda de cargo ou até prisão, a aproximação de docentes ou discentes com partidos opositores, utilização de material subversivo e organização de atos, como greves ou protestos. Já no início do documento, o decreto ressalta que o Presidente da República possuía o respaldo e legitimidade no art. 1º do Ato Institucional de número 5 (AI-5), o mais repressivo da ditadura, também instituído no mandato de Costa e Silva.

Sob a égide desses artigos, muitos estudantes e professores foram desligados de instituições de ensino e, mais do que isso, perseguidos e presos. Também chamado de "AI-5 dos estudantes", o decreto institucionalizou a pedagogia do medo com amparo do desejo de uma educação neutra, sem os perigos de uma suposta doutrinação ou subversão. Revogado no ano de 1979, com o início da abertura lenta, gradual e segura para o regime democrático, o decreto perdeu validade, mas seus resquícios são sentidos até os dias atuais.

Mesmo após a redemocratização, o Brasil tem assistido a uma nova onda de descredibilização e perseguição, principalmente aos profissionais da educação sob a acusação de doutrinação dos alunos. O movimento Escola Sem Partido (ESP) pode ser visto como uma das maiores traduções dessa onda de ataques. Idealizado pelo advogado Miguel Nagib, e em atuação desde o ano de 2004, o ESP se apresenta como uma iniciativa apartidária que possui preocupação com o nível de contaminação político-ideológica nas escolas. De acordo com o extinto *site* do movimento:

> A pretexto de transmitir aos alunos uma "visão crítica" da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. (*Site* Escola Sem Partido, 2019)

É válido ressaltar que apesar de o Escola Sem Partido existir desde 2004, a adesão ao projeto aumentou de forma significativa apenas há alguns anos. Desde 2013, com o início dos protestos em massa contra a esquerda e o Partido dos Trabalhadores (PT), a democracia e a política brasileira sofreram abalos expressivos.

A ascensão da extrema direita assentou-se com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, um político que capitaliza discursos conservadores, reacionários e de ódio às minorias. A crise política que o Brasil enfrentou, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016; os escândalos de corrupção ligados ao PT, a exemplo do Mensalão, em 2005, e Lava Jato, em 2014; e a prisão de um dos maiores líderes da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva no ano de 2018, fez reacender no país uma onda de antipetismo e anticomunismo.

Dentro do âmbito educacional, os políticos e grupos conservadores que emergiram durante essa conjuntura apontaram aos professores e à escola a responsabilidade de corromper os alunos, doutrinando-os. Essa suposta doutrinação estaria ligada à conversão de estudantes em comunistas e esquerdistas, que rejeitam a moral, os valores e os bons costumes, geralmente ligados ao cristianismo. Esse tipo de discurso foi, e segue sendo, amplamente divulgado nas redes sociais do ESP e de lideranças políticas que corroboram com as ideias do movimento. Embora a escola seja, de fato, um espaço de disputa política, as acusações de doutrinação vêm sem provas, de forma abstrata e distorcida.

Mais que um projeto de lei, ou um site com artigos e instruções, o Escola Sem Partido se tornou um movimento onipresente. É possível interpretar que a aderência a essa iniciativa se mostra como uma resposta reacionária aos avanços sociais que o Brasil conquistou desde o estabelecimento da redemocratização e a consequente elaboração da Constituição Cidadã de 1988. Portanto, o aceno a um passado histórico distorcido e saudosista em relação à ditadura, por exemplo, faz parte do contexto em que o ESP surge e se difunde. Frente a isso, a negação da pluralidade de identidades, da democracia e o rechaço a determinados grupos, religiões e culturas são alguns traços presentes no movimento.

É necessário firmar, antes de tudo, a relação entre o anticomunismo, o Escola Sem Partido e alguns segmentos da religião cristã. A própria origem do ESP está diretamente ligada à fé de seu fundador. Miguel Nagib afirma que o pontapé de sua iniciativa teria sido um relato de sua filha: a estudante afirmou que seu professor de história teria comparado Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, ao santo Francisco de Assis. Para Nagib, esse acontecimento foi suficiente para mobilizar um movimento que entende a escola enquanto um antro de doutrinação ideológica.

A justificativa dada pelo procurador ajuda a esclarecer a relação antagônica que se estabelece entre o comunismo/socialismo - ou mesmo segmentos de esquerda moderada - e a religião: entende-se que ideologias ligadas à esquerda buscam destruir as religiões e a noção cristã de família e valores. Essa narrativa é amplamente difundida e consegue, até os dias atuais, mobilizar politicamente grupos conservadores. É no cerne desse discurso que exploraremos os ecos religiosos do Escola Sem Partido - e seus desdobramentos - ainda ouvidos na sociedade.

2 METODOLOGIA

A proposta metodológica deste artigo perpassa por uma revisão bibliográfica acerca de algumas obras que destacam a atuação do Movimento Escola Sem Partido através de uma perspectiva crítica e analítica. Além disso, com o fim de inserir o movimento dentro de um contexto político maior, pretende-se incluir estudos que farão o papel de trazer a extrema direita enquanto o pano de fundo sob o qual o ESP se amparou e ganhou destaque. Nesse sentido, destaco a obra de João Cezar de Castro Rocha, "Guerra Cultural e retórica do Ódio: crônicas de um Brasil pós-político (2021), onde o autor descreve a guerra cultural enquanto um método político que utiliza a criação de narrativas e embates ideológicos, morais e religiosos para mobilizar o eleitorado; e "Políticas do Encanto: extrema direita e fantasias da conspiração", de Paolo Demuru (2024), onde o autor destaca a disputa pela maravilha, e não mais por componentes racionais.

Ademais, apesar de seu caráter qualitativo, este artigo pretende explorar os dados quantitativos reunidos pelo Observatório Nacional da Violência Contra os Educadores (ONVE), concretizado pelo material intitulado "Um Estudo Quantitativo da Perseguição a Educadoras/es no Brasil" (2025). Ainda recente, a pesquisa revela os persistentes ecos de um modelo autoritário e censório de educação que segue assombrando professores.

Por fim, o recorte temporal prioriza a) a primeira década do século XXI, dando enfoque no crescimento de setores religiosos, sobretudo evangélicos, na política institucional e suas constantes interferências na formulação de políticas públicas; e b) a segunda metade da década, até os dias atuais, destacando as permanências do uso da religião enquanto componente de

mobilização moral, especialmente no que diz respeito ao manejo da educação como ferramenta ideológica - ainda que sob a alegação de “rechaço às ideologias”.

3 O ESCOLA SEM PARTIDO E SUA VEIA CRISTÃ

> Existem professores que colocam vídeo pornográfico dentro de sala de aula, usando da sua posição hierárquica para poder colocar conteúdos eróticos, professor inclusive que fez alunos se beijarem (Nikolas Ferreira, 2025)[2]

A fala que abre este tópico é de autoria do deputado federal mais votado no Brasil na eleição de 2022, Nikolas Ferreira. Reconhecido como uma das principais lideranças da direita brasileira, é possível afirmar que ele opera dentro da lógica da guerra cultural: a invenção e a distorção de narrativas são utilizadas para mobilizar seu eleitorado - neste caso, contra os professores, especialmente de instituições públicas. O elemento central de sua fala reside na apropriação da moral e dos costumes conservadores como forma de capturar setores majoritariamente ligados a grupos religiosos.

Não por acaso, temas como sexualidade e gênero, mesmo quando abordados de forma pedagógica, são apresentados como ameaças aos princípios defendidos por essas comunidades. A forte aversão do cristianismo tradicional a tudo que envolve a sexualidade se manifesta na defesa de uma visão imaculada do sexo, no repúdio ao conhecimento do próprio corpo e da sexualidade, e na rejeição sistemática a qualquer noção de educação sexual. Esses elementos servem à lógica religiosa conservadora e se consolidam como pilares de movimentos como o Escola sem Partido. O antagonismo criado entre religião e comunismo funciona de forma a demonizar - no sentido literal da expressão - e destruir a ideologia inimiga:

> o círculo mimético é bem o fantasma do ressentimento que comanda a extrema-direita que chegou ao poder em 2018 [refere-se a eleição de Jair Bolsonaro]. A analogia é surpreendente: o comunista se infiltra na sociedade e o diabo se infiltra na consciência dos fiéis. Inimigo identificado, legião que se multiplica, é preciso eliminá-lo. Objetivo que não respeita limites, pois, sem dúvida, em caso de disputa tão essencial, os meios justificam os fins: finalizar o outro. (Castro, 2021, p.396)

[2] Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/118387/conselho-aciona-mp-por-fala-de-nikolas-sobre-erotizacao-em-escolas. Acesso em: 25 mai. 2026.

O autor evidencia nesse trecho a tática de guerra utilizada por grupos extremistas a fim de eliminar a figura do oponente e seus ideais. Essa lógica do nós *versus* eles, acaba por transformar os adversários políticos em inimigos, o que prejudica o ambiente democrático e a própria ideia de antagonismos ideológicos - o que, inclusive, é saudável a uma democracia uma vez que a oposição de ideias fazem parte da pluralidade e da convivência com o diferente.

Todavia, essa multiplicidade de ideias e de grupos não faz parte do credo do movimento Escola Sem Partido, tampouco está em sintonia com o projeto de sociedade defendido por líderes da extrema direita. Com isso em mente, Nikolas Ferreira pode ser interpretado como um defensor dos princípios ideológicos do ESP, alinhando-se a propostas homogeneizantes, como o combate a uma suposta "doutrinação ideológica" e a proibição do ensino de tópicos relacionados a gênero e diversidade nas escolas. O objetivo do parlamentar consiste justamente em neutralizar o "inimigo".

Em 2025, o deputado chegou a presidir a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, utilizando essa posição para tentar fazer avançar pautas conservadoras no campo educacional. Conforme destaca Basilio (2025), "o parlamentar é um dos mais vocais críticos da chamada 'educação ideológica', bandeira que, na prática, tem sido usada para desqualificar o ensino público e perseguir professores"[3]. Cabe ressaltar, no entanto, que Nikolas não foi a única liderança da extrema direita a empregar esse discurso - e nem sequer foi ele quem o inaugurou.

Para traçar esse caminho de escalada do ESP, é necessário destacar que movimentos de ataque ao progresso, à educação e a razão crítica não surgem descolados de seu próprio meio. Ou seja, períodos de fragilidade e crise política são momentos convenientes para que a culpa de um suposto atraso recaia sobre determinados grupos, geralmente marginalizados: mulheres, negros, imigrantes, professores, homossexuais. Nesse sentido, o livro "A Ideologia do Movimento Escola Sem Partido", da Ação Educativa, abre sua coletânea de artigos traçando uma série de ações políticas do movimento ESP que auxiliam na compreensão dos valores desse grupo:

> Ao longo de 2015, o ESP alinhou-se a outras organizações de direita, como o Movimento Brasil Livre e o Revoltados Online, defendendo nas ruas e redes sociais

[3] Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/a-montanha-pariu-um-rato-o-saldo-da-presidencia-de-nikolas-ferreira-na-comissao-de-educacao/. Acesso em: 25 mai. 2026.

> o impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Deram apoio ao governo Michel Temer, cujo Ministro da Educação, Mendonça Filho, recebeu a visita de um dos seus porta-vozes, o ex-ator Alexandre Frota, nos primeiros dias de seu mandato. (Ação Educativa, 2016, p.5)

Dessa forma, é possível estabelecer um quadro ideológico do movimento, que extrapolou uma organização sem fins partidários na forma de site, para virar um projeto de lei em 2015, proposto por Izalci Lucas, do Partido da Social Democracia Brasileira, (PSDB), e posteriormente outro projeto em 2019. Neste último, a então deputada do Partido Social Liberal (PSL), Bia Kicis, assina o projeto que prevê a proibição de "manipulações psicológicas", "propaganda político-partidária" e respeito à "educação religiosa dos alunos". Ainda que o projeto não tenha sido aprovado em escala federal por ter sido considerado inconstitucional, é possível afirmar que o maior triunfo do movimento seja a transformação de suas diretrizes em valores estabelecidos na mentalidade de muitos seguidores e adeptos conservadores.

Antes mesmo de Nikolas Ferreira se lançar como candidato, os debates envolvendo a tensão entre família e escola, ou mesmo crenças religiosas individuais e a formulação políticas públicas, já faziam parte da cena política brasileira. Como dito, a iniciativa de lutar contra a suposta infiltração ideológica nas escolas ascendeu em um período de instabilidade democrática. Segundo Andrea Dip:

> O Congresso eleito em 2014 foi o mais conservador desde o período pós-1964, com o aumento do número de parlamentares militares, ruralistas e religiosos. Nesse contexto, a chegada de Eduardo Cunha à Presidência da Câmara dos Deputados, a crise política e, depois, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer - processo apoiado de forma ampla pela bancada evangélica - encorajaram um vasto desarquivamento de projetos de lei e novas proposições com o objetivo de retroceder os direitos conquistados pelas mulheres [...] e pela comunidade LGBTQ [...]" (2019, p. 49)

Neste trabalho, Dip busca compreender a bancada evangélica e seu projeto de poder. Por bancada evangélica entende-se a frente de parlamentares que, nascida em 2003, articula-se de forma a defender pautas que se alinham com seus interesses próprios. A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) não é homogênea e conta, inclusive, com a presença de políticos católicos. No entanto, esses políticos agem em conjunto frente a necessidade de fazer avançar - ou barrar - projetos de sua pertinência. Dip argumenta que a bancada é barulhenta, intempestiva, aguerrida e beligerante, o que causa a sensação de um barulho maior que seu

poder de ação. Esse barulho é utilizado como uma espécie de tática de combate - incorporando características do segmento petencostal, como o grito e a cultura do espetáculo.[4]

Dentro dessa conjuntura de crescimento de parlamentares religiosos e ascensão do ESP na cena política, não é arriscado dizer que o componente religioso cristão é uma das bases ideológicas que amparam o movimento. Em 2025, o Observatório Nacional Da Violência Contra Educadores lançou um estudo em parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), onde divulgou os resultados de uma pesquisa realizada para compreender as consequências dessa violência. Além de um balanço de dados, o estudo argumenta que o aumento da perseguição aos professores esteve - e está - diretamente ligada a alguns acontecimentos, aos quais se destacam:

> a controvérsia do kit Escola sem Homofobia em 2011; o ativismo religioso conservador para proibir abordagens da temática gênero e sexualidade nas discussões sobre os planos nacional, estaduais e municipais de educação a partir de 2014; a onda de projetos "Escola sem Partido" entre 2014 e 2018; também em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro (PL) e centenas de parlamentares em todo o país, que mobilizaram fortemente essa agenda em suas campanhas e, posteriormente, em seus mandatos; a onda recente de proposições legislativas para proibir educação sexual, banheiros unissex e a linguagem neutra. (ONVE, 2025, p.6)

Dentre os episódios citados, é possível que a polêmica do Kit Escola Anti-Homofobia seja a mais emblemática para o contexto aqui apresentado. Popularmente conhecido como "Kit Gay" , o evento reúne três fatores imprescindíveis para compor o contexto do estudo: o movimento contra 1) a "doutrinação ideológica" nas escolas; 2) a religião enquanto ferramenta de operação da 3) guerra cultural.

Antes de adentrar o discurso construído acerca do "Kit Gay", é necessário pensar o que foi, originalmente, o projeto anti-homofobia, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC). O ano era 2011. Dilma Rousseff havia sido eleita para seu primeiro governo e o MEC era liderado por Fernando Haddad. A pasta começou a construir a divulgação de um material

[4] "Falar em línguas, curar, exorcizar, profetizar são características Pentecostais. Por ser uma forma mais entusiasmada de religiosidade, depende menos de um discurso racional, elaborado. Você pode não saber ler ou escrever, pode ser alguém que não ousaria fazer um discurso racional em público, mas, sob a influência do Espírito, você fala. [...] Por ser mais próxima da cultura do espetáculo e menos litúrgica, também é a Igreja Petencostal a que se dá melhor com as mídias" (Freston *apud* Dip, 2022, p. 69-70).

pedagógico com o objetivo de combater o preconceito com grupos minoritários pertencentes à comunidade LGBTQIAP+ dentro das escolas. Em um cenário onde a homofobia apresentava-se enquanto um problema social, o projeto buscava

> a criação de dois produtos específicos: o primeiro é um conjunto de recomendações elaborado com o intuito de revisar, formular e implementar políticas públicas que enfoquem a questão da homofobia; o segundo é a incorporação e institucionalização de uma estratégia de comunicação para trabalhar a homossexualidade de uma maneira mais consistente nos contextos educativos. Essa estratégia compreende a criação de um kit de material educativo para trabalhar a abordagem (Roso; Romanini; Cademartori, 2017)

O trecho permite concluir que o Kit Anti-Homofobia foi, portanto, uma tentativa de conscientização e combate ao preconceito em relação à população LGTBQIAPN+. Todavia, a reação da bancada religiosa, em conjunto com o Centrão[5], fez acordar rumos completamente distorcidos da proposta original. Os projetos foram suspensos em razão da ação de um grupo conservador que agiu nos bastidores, utilizando-se de ameaças e chantagens ao então ministro da Casa Civil, Antonio Palocci.

Naquele período, o ministro de Dilma Rousseff enfrentava ameaças de investigação relacionadas ao seu patrimônio. Não por acaso, a bancada religiosa no Congresso iniciou um movimento de rejeição ao chamado "Kit Anti-Homofobia". De forma intimidatória, os parlamentares chegaram a ameaçar o ministro Antonio Palocci, exigindo que ele explicasse a evolução de seu patrimônio, então sob suspeita.

Para evitar um confronto entre as bancadas do chamado "centrão" e seu ministro, a presidenta Dilma optou por vetar a proposta. É importante destacar, no entanto, que, mesmo com o veto presidencial, o dano político já estava consumado. Nas mãos de políticos como Jair Bolsonaro, o material passou a ser oficialmente chamado de "kit gay", consolidando uma narrativa de perseguição moral que ecoaria nos anos seguintes. De acordo com Moura e Silva:

> os grupos conservadores encontraram algo que dialogava muito mais com a maior parte da população brasileira do que a suposta doutrinação comunista: o material de combate à homofobia rotulado por esses grupos de “Kit Gay” . Um dos principais responsáveis por espalhar versões fantasiosas sobre o material fora o então deputado Jair Bolsonaro. Desde então, a ideia de que a esquerda tentaria “transformar os

[5] O "centrão" é uma coalizão informal de partidos de centro e centro-direita no Congresso Nacional brasileiro, sem um projeto político definido, mas com forte base no pragmatismo e na troca de apoio político por cargos, recursos orçamentários e benesses. Historicamente, seu principal objetivo é garantir influência e acesso ao poder executivo, independentemente de quem esteja no governo, atuando como uma base de sustentação crucial em troca de benefícios no jogo de negociações e emendas parlamentares. Ver Marcos Nobre (2013).

> estudantes em gays e lésbicas" dentro das escolas se espalha mais e mais, principalmente em missas e cultos. (Moura e Silva, 2020, p.11)

O projeto, então, se transformou em estratégia para causar pânico na população mais conservadora. A articulação política em torno do veto ao kit, antes feita nos bastidores do Congresso, virou discussão pública. O discurso propagado era o de que a cartilha seria entregue a crianças e incentivaria a homossexualidade. Além de investir em distorções, a narrativa envolvia também *fake news*. Por outro lado, a mídia brasileira reverberou e naturalizou o nome "kit gay" ao falar do projeto contra a homofobia. A repetição do nome, criado por Jair Bolsonaro, e apoiada pela bancada evangélica, legitimava a narrativa do deputado, criando notícias e manchetes sensacionalistas que auxiliaram na difusão do discurso.

Castro (2021) argumenta que essa onda conservadora busca respaldo justamente em temas ligados à educação sexual. Ele destaca o chamado "kit gay" como um dos principais bodes expiatórios utilizados pela direita em sua guerra cultural, cujo objetivo - nesse caso em específico - era o de consolidar o conceito de "ideologia de gênero". Segundo o autor, essa guerra cultural funciona por meio da negação sistemática de fatos objetivos e da criação de inimigos em série - exatamente o que ocorreu com o kit anti-homofobia. Castro também observa que a guerra cultural é repetitiva. Por isso, não causa surpresa que um projeto abandonado ainda em 2011 tenha sido resgatado como manobra eleitoral na campanha de Jair Bolsonaro em 2018, já com acusações renovadas - como no caso da chamada "mamadeira erótica"[6].

Capaz de aglutinar as revoltas de um povo com soluções simplistas e uma agenda anti política, o candidato utilizou-se do grande antipetismo em ascensão na sociedade brasileira para realizar sua campanha eleitoral. Jair Bolsonaro era o candidato do "politicamente incorreto", que falava ao povo, dava legitimidade a preconceitos envergonhados e falsificava

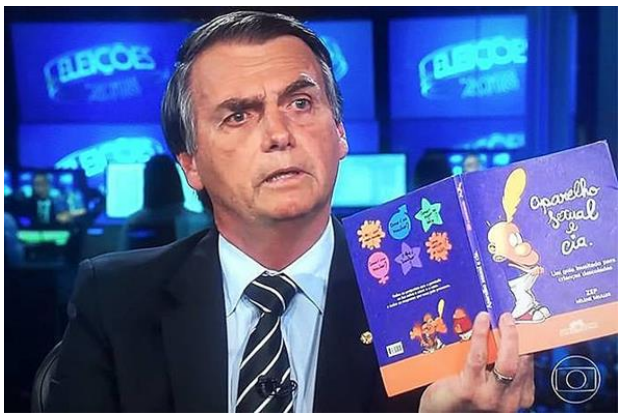
[6] A chamada "mamadeira erótica" foi uma fake news disseminada durante a campanha eleitoral de 2018 no Brasil, especialmente por apoiadores de Jair Bolsonaro. A notícia falsa alegava que o governo federal, sob gestões anteriores do Partido dos Trabalhadores, teria distribuído mamadeiras com formato fálico para crianças como parte de supostos materiais de educação sexual ou estímulo à erotização infantil. Na verdade, essa acusação era infundada: não houve qualquer programa oficial de distribuição desse objeto. A história foi construída a partir da manipulação de imagens e da descontextualização de um protótipo artesanal de uma mamadeira diferente, que nunca foi adotada ou produzida em larga escala.

um passado histórico para encaixar em sua própria narrativa. De acordo com Di Carlo e Kamradt:

> Ao seu antipetismo [Bolsonaro] incorporou a cultura do politicamente incorreto, por acreditar que as minorias chegaram ao poder com o PT. Fazendo parte, portanto, do mesmo problema. Apesar de o PT não ter avançado significativamente nas pautas progressistas, em nome da governabilidade, passou a identificar-se com elas, fazendo com que o antipetismo se confundisse com uma cultura que procurava restabelecer o status quo ameaçado ao longo de todo o governo petista. Cosmovisão acentuada pelo fato de uma mulher ocupar a Presidência da República, mobilizando, nas manifestações contra Dilma Rousseff, todo um repertório misógino politicamente incorreto (2018, p.60)

Foi precisamente nesse contexto que Jair Bolsonaro trouxe a tona, novamente, a fantasia de um kit gay que incentivava a pedofilia e homossexualidade para crianças. No programa televisivo "Jornal Nacional", do dia 28 de agosto de 2018, o candidato levou um livro que disse tratar da estimulação de relações homoafetivas para crianças, referindo-se ao kit anti-homofobia, de 2011.

Figura 1 - Bolsonaro no Jornal Nacional



Fonte: Jornal Brasil de Fato

O livro mostrado por Bolsonaro na fotografia não fazia parte do kit anti-homofobia, tampouco fora distribuído em quaisquer escolas com esse propósito. Ainda que desmentida, a história contada por Bolsonaro no jornal se espalhou por todas as redes sociais, sendo alimentada pelos setores conservadores e partidos de centro que apoiavam a eleição de Jair

Bolsonaro. O candidato ligou a criação do “kit gay” ao também candidato e adversário Fernando Haddad, que estava à frente do Ministério da Educação à época.

A permanência da narrativa contra os homossexuais é exemplo da tentativa de setores conservadores de manipularem e moldarem a opinião pública. Do mesmo local de fala e disseminação do “kit gay”, pautas como “ideologia de gênero”, “doutrinação nas escolas”, “marxismo cultural” ganharam capilaridade entre os setores.

Para além do episódio do chamado "kit gay”, documentado pelo estudo do ONVE, dois outros fenômenos merecem destaque: a própria eleição de Jair Bolsonaro e a subsequente onda de projetos de lei inspirados no movimento Escola sem Partido. O que esses fatores têm em comum é a presença estruturante da religião cristã, especialmente em sua vertente evangélica, e a atuação decisiva desses setores na concretização desses acontecimentos.

Aprofundar a análise do caso do kit gay e do papel de Bolsonaro em sua repercussão é fundamental, pois o ex-presidente, tanto ao longo de seus quatro anos de mandato quanto em sua trajetória política anterior, consolidou-se como uma das principais figuras de referência do eleitorado evangélico brasileiro. Bolsonaro foi eleito em 2018 empunhando lemas como "Deus acima de tudo" e citando passagens bíblicas, como o versículo que afirma que "a verdade vos libertará". Embora tenha sido criado na tradição católica, em 2016 Jair Bolsonaro foi batizado nas águas do Rio Jordão pelo pastor Everaldo, à época presidente do Partido Social Cristão (PSC). A partir desse gesto simbólico, o político estreitou suas alianças com lideranças e fiéis evangélicos e passou a apoiar abertamente os projetos do Escola sem Partido que tramitavam no Congresso Nacional.

Esse alinhamento não ocorreu ao acaso. Em 2018, ano decisivo da eleição presidencial, o demógrafo José Eustáquio Alves - junto a Cavenaghi, Barros e Carvalho - publicou um estudo na revista Tempo Social, da Universidade de São Paulo (USP), demonstrando que a população evangélica vinha crescendo de maneira exponencial no Brasil. O mesmo autor concluiu que esse contingente religioso desempenhou papel decisivo nas urnas, consolidando-se como uma força eleitoral capaz de influenciar o resultado da disputa presidencial e, mais amplamente, a direção da política nacional nos anos seguintes.[7]

[7] Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro. Acesso em 27 mai. 2026.

Essa sequência de fatos, que se deram entre 2014 e 2018, e que se arrasta até os dias atuais, tem características próprias para Andrea Dip, e formam uma reação contra o avanço de pautas que buscavam priorizar a diversidade e inclusão. Uma dessas características, segundo a autora

> vem da aproximação entre uma direita orgulhosa de si e a Igreja Evangélica, unidas pelo medo de um inimigo que vem para "destruir a família tradicional", os "valores cristãos", o status quo e que, por vezes, sem lastro com a realidade, toma rosto no comunismo, no feminismo, no movimento negro, na comunidade LGBTQ e em qualquer participação social que peça por igualdade de direitos e por uma discussão mais profunda sobre os seus papéis na sociedade (2019, p.19)

Sob essa perspectiva de medo, prossegue a autora,

> pede-se que "meninas sejam meninas e meninos sejam meninos", numa tentativa de achatar qualquer discussão mais complexa sobre questões de gênero. Proibir o debate nesse sentido nas escolas, inclusive, tornou-se uma das maiores bandeiras da bancada evangélica, com parlamentares realizando verdadeiras cruzadas pelo país. Alguns professores que discutem política, feminismo e homofobia foram processados, afastados, vigiados. O projeto de uma escola sem partido, calada e não crítica avança em projetos de lei municipais, estaduais e federais. (Dip, 2019, p.19-20)

Apesar da derrota no Congresso, a nível federal, o projeto, ainda que com novas roupagens, seguiu movimentando tentativas de aprovação. A exemplo, após anos engavetado, o Projeto de Lei 7180/14, uma variação do Escola Sem Partido, voltou a tramitar na Câmara dos Deputados com parecer favorável do deputado Allan Garcês, do Partido Progressista (PP), no final de 2024. O projeto, de autoria do ex-deputado federal Erivelton Santana (do Partido Social Cristão da Bahia), sugere alteração das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) ao propor que os valores familiares a respeito da moral, religião e temas sexuais devem se sobrepor aos ensinamentos da escolas

Fora do campo jurídico, a perseguição a professores, em suas mais variadas formas de agressão, permanece ativa. Além disso, o avanço das escolas cívico-militares, as mudanças impostas pelo Novo Ensino Médio - que reduz o espaço das humanidades para atender a uma lógica de mercado - e o contínuo desprestígio do trabalho docente por parte de parlamentares e lideranças políticas configuram-se como desafios permanentes à profissão.

4 OS ENCANTOS E ECOS DO ESCOLA SEM PARTIDO EM 2026

A política contemporânea foi, em muitos quadrantes do globo, reencantada. Não pelo mito ou pelo sagrado tradicionais, mas por uma nova magia discursiva que produz sentidos, mobiliza paixões e forja realidades alternativas. É essa a tese de Paolo Demuru (2024), que ao analisar as narrativas da extrema direita, identifica nelas uma lógica de encantamento político: uma combinação de teorias da conspiração, pensamento mágico e um messianismo reacionário capaz de responder, de forma simplificada e catártica, às complexidades do século XXI.

Este reencantamento não surge no vazio. Ele nasce e se prolifera no solo fértil de um mal-estar civilizatório profundo. Enquanto desafios concretos e coletivos - como a crise climática acelerada, a recrudescência de violências estruturais contra minorias, conflitos geopolíticos de alta intensidade e até o retorno de doenças outrora controladas - exigiriam respostas baseadas em evidências, cooperação e planejamento racional, observamos a explosão paradoxal de seu oposto: o negacionismo institucionalizado. Nesse contexto, a eficácia de vacinas é colocada à prova, as mudanças climáticas são negligenciadas e a ciência sofre constantes ataques sob a alegação de uma infiltração esquerdista nas escolas e universidades. De acordo com Demuru:

> Entre 2010 e 2020, vivenciou-se, no Ocidente, um boom do conspiracionismo. Dos dois lados do Atlântico, difundiram-se lendas sobre a substituição dos povos brancos por outros de origem africana e do Oriente Médio; as seitas de pedófilos satanistas que controlam os aparatos profundos dos Estados nacionais; a nova ordem mundial; o terraplanismo; o complô judaico, comunista, marxista, globalista, ou todos eles juntos. A disseminação se deu com uma velocidade jamais vista. [...] Quem mais divulgou e se aproveitou desse universo ficcional foram grupos, movimentos, partidos e líderes populistas de extrema direita, como Donald Trump e Jair Bolsonaro, pioneiros e especialistas da comunicação em rede. Com eles, o conspiracionismo chegou ao poder. (2024, p.11)

Nesse sentido, o uso da internet e redes sociais tem sido um triunfo importante para a difusão de narrativas. A época em que este artigo foi escrito, a última postagem do perfil oficial do Escola Sem Partido no Instagram datava de 12 de maio. Nela, Miguel Nagib - que ainda administra a página do movimento - questiona um material didático que traz textos sobre os povos yanomami, abordando sua religiosidade. A denúncia de Nagib destaca o fato de uma escola católica tratar de um ritual de espiritualidade indígena, o que, em sua avaliação, configuraria um desrespeito aos pais que matricularam seus filhos em uma instituição cristã[8].

[8] Disponível em: https://www.instagram.com/p/DYQqK_LEfmp/?img_index=1. Acesso em: 28 mai. 2026.

A existência desta postagem demonstra que o Escola Sem Partido segue em atividade - não mais apenas no âmbito jurídico, mas sobretudo no campo das ideias e na operação da guerra cultural. Além disso, embora o movimento se apresente como "isento de ideologia", ele continua a incorporar concepções do cristianismo para fundamentar sua atuação.

Para além da persistência do movimento original, outras ações podem ser interpretadas como desdobramentos dos ideais propagados por Nagib. Aqui, destaco três: as tentativas de aprovação da Bíblia como material didático em cidades brasileiras; a insistência na implementação de escolas cívico-militares por governadores como Romeu Zema e Mateus Simões, em Minas Gerais; e os recorrentes ataques de políticos e lideranças religiosas da direita a professores, com o objetivo de desacreditar e criminalizar o trabalho docente.

Em primeiro caso, o uso da bíblia como material didático em escolas apresenta-se como uma temática corrente. Em abril de 2025, a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte aprovou o uso do livro como obra paradidática nas redes pública e privada do município, recomendando a seleção de trechos dos evangelhos para auxiliar no ensino de disciplinas como História e Literatura. Em setembro do mesmo ano, no entanto, o Tribunal de Justiça suspendeu a lei, alegando violação ao princípio da laicidade estatal.[9]

Apesar da revogação, a medida evidencia as recorrentes tentativas de imposição de uma crença religiosa específica no ambiente escolar. Vale notar que, nesse período, não houve qualquer posicionamento contrário por parte dos grupos que costumam denunciar a suposta "doutrinação ideológica" nas escolas - afinal, nesse cenário, o uso da Bíblia não seria ideológico, mas sim pedagógico. Em âmbito federal, tramita um projeto de lei proposto pelo deputado Hélio Lopes (PL-RJ) que busca inserir trechos bíblicos como recurso didático em todo o país, justificando a medida com base na importância cultural do texto sagrado. No momento, o projeto aguarda encaminhamento às comissões competentes.[10]

Ainda no âmbito da disputa jurídica e política, as tentativas de implementação de colégios cívico-militares têm sido recorrentes. O ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema, empresário de carreira, buscou ampliar parcerias público-privadas por meio de projetos

[9] Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2025/10/07/tjmg-suspende-uso-da-biblia-como-material-paradidatico-em-escolas-de-bh/. Acesso em: 28 mai. 2026.

[10] Disponível em: https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/115057/helio-lopes-propoe-biblia-como-recurso-didatico-em-escolas. Acesso em: 28 mai. 2026.

como Somar e Mãos Dadas[11] (estratégias que visavam, na prática, aproximar a gestão escolar de um negócio, ligando o ensino público a lógicas mercadológicas). Além disso, Zema tentou expandir o modelo cívico-militar para centenas de escolas estaduais, mas encontrou forte oposição de movimentos sociais e estudantis, além de barreiras impostas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), que vetou a ampliação.

Herdeiro dessa tradição, seu vice e atual governador, Mateus Simões, deu continuidade ao projeto, assumindo a expansão desse modelo como medida prioritária de seu mandato. Em postagem nas redes sociais, o político afirmou que a escola cívico-militar "não é ideologia, mas sim possibilidade de melhoria na qualidade do ensino" - uma declaração que busca despolitizar a medida, ignorando as críticas quanto à laicidade, à participação democrática e ao caráter militarizante da proposta. Ainda que exaltado por esses políticos, Ribeiro (2024) argumenta que esse modelo de educação:

> ao importar do sistema militar regras de conduta, comportamento e vestimenta, o que a escola passa a fazer, os especialistas explicam, é violentar sistematicamente os alunos que não fazem parte do padrão almejado para a escola. Em suma, pessoas periféricas, negras, LGBTQ+, neurodivergentes e demais grupos vulnerabilizados não são acolhidos no ambiente escolar. Pelo contrário, essa nova estrutura os repele, causando uma substituição do público atendido e promovendo, de maneira falsa, pela busca por alunos com melhores condições sociais e econômicas, uma melhora nos índices de ensino.

Ainda que os projetos tenham sido barrados em Minas Gerais, a implementação dos colégios cívico-militares segue avançando em outros estados do país. Em levantamento do professor Fernando Cássio (2026), os números apontam para um crescimento exponencial desse modelo. As cidades de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul se destacam quanto à implementação e continuidade desse projeto. Segundo Cássio:

> Identificou-se um total de 1.578 escolas militarizadas no país, o que representa um salto de 595% em relação a 2019, ano em que o governo Jair Bolsonaro criou o Pecim [Programa Nacional das Escolas Cívico-Militaraes] e passou a estimular a militarização de escolas estaduais e municipais. O fenômeno atinge 862 municípios (15,5% do total do país) e vincula-se quase exclusivamente à educação pública, com

[11] O Projeto Somar surgiu em 2022 e objetivava que organizações privadas assumissem a gestão de escolas públicas, o que foi visto por críticos como uma tentativa de terceirização e mercantilização da educação. Já o Projeto Mãos Dadas, iniciado em 2021, incentivou a municipalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental, repassando recursos às prefeituras - mas denunciado por opositores como uma estratégia para transferir custos e responsabilidades do Estado para os municípios. Ambos foram suspensos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em 2024 e 2025, respectivamente.

> as redes estaduais representando 66,3% e as municipais 31,6% das escolas militarizadas. (2026, p.50)

Por outro lado, no plano das ideias, lideranças políticas e religiosas seguem incidindo de maneira nociva sobre o trabalho educativo. Para além de Nikolas Ferreira, já mencionado, figuras como Frei Gilson, expressiva liderança católica, e Silas Malafaia, nome consolidado nos segmentos pentecostais, organizam sua atuação em torno do que se pode chamar de "política do encanto": uma retórica que diviniza fenômenos sociais, rebaixa o pensamento racional e transforma educadores em alvo sistemático de ataques.

Em abril de 2026, Frei Gilson declarou que os jovens preferem acreditar em "professorzinhos de faculdade" do que em Jesus[12]. A frase opera como um dispositivo discursivo - a retórica do ódio - que alimenta a guerra cultural contra os docentes e convoca o público cristão a desprezar as figuras e instituições vinculadas ao conhecimento científico. Silas Malafaia, por sua vez, que no auge do movimento Escola Sem Partido se colocou como um de seus mais ferrenhos defensores[13], segue até os dias atuais propagando a denúncia de uma suposta "doutrinação ideológica" nas escolas, mantendo viva a mesma matriz argumentativa que sustenta a trajetória do movimento.

Ainda que o auge do Escola Sem Partido tenha ficado para trás, e que o principal expoente do bolsonarismo - Jair Bolsonaro - não esteja mais à frente do poder executivo, as vozes persistentes de um projeto autoritário de educação ainda são ouvidas. As consequências desse cenário, ainda recorrente, são desveladas pelo estudo do ONVE. Segundo o questionário - que colheu respostas entre maio e setembro de 2024, com professores da rede pública e privada - a censura aos professores está disseminada em todas as regiões do país. Os dados são alarmantes:

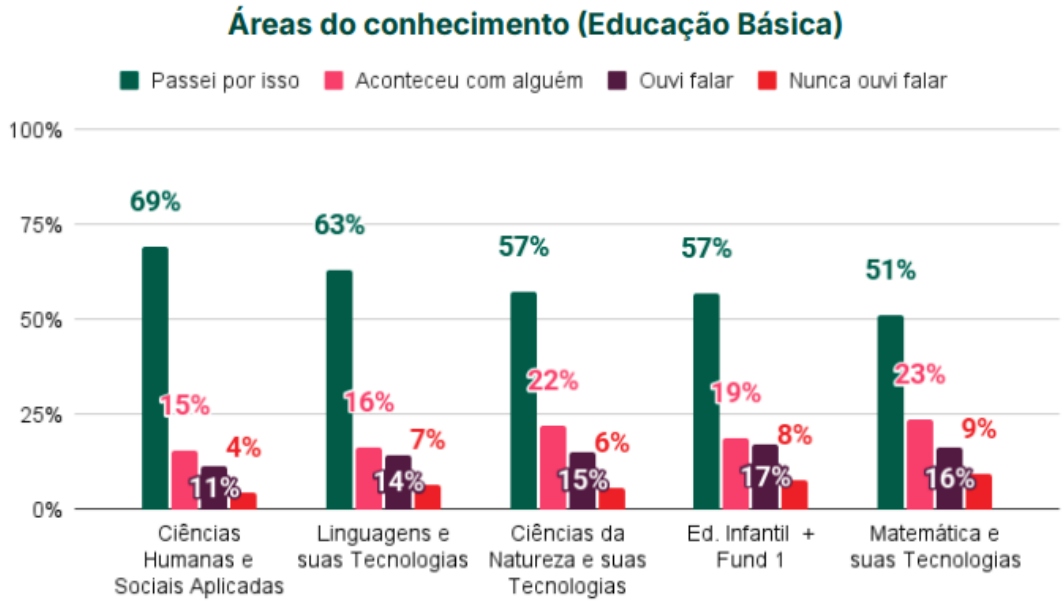
> Entre os casos de contato direto [de perseguição]: 58% dos educadores relataram tentativas de intimidação, 41% sofreram questionamentos agressivos sobre seus métodos de trabalho e 35% enfrentaram proibições explícitas de conteúdos. Os respondentes também relataram agressões verbais e xingamentos (25%), mudança forçada do local de trabalho (12%), remoção do cargo ou função (11%), agressões físicas (10%); (Observatório Nacional da Violência Contra Educadoras/es, 2025)

[12] Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/veja-gente/frei-gilson-dispara-criticas-a-professores-artistas-e-influenciadores/. Acesso em: 4 ago. 2026.

[13] Disponível em: https://pleno.news/brasil/em-video-malafaia-esclarece-o-que-e-o-escola-sem-partido.html. Acesso em: 4 ago. 2026.

Por meio do uso de gráficos, o estudo revela padrões significativos nas respostas dos entrevistados. A perseguição - entendida, no âmbito da pesquisa, como atos que restringem a atuação docente e sua autonomia pedagógica - se mostra mais intensa nas áreas das ciências humanas. Entre os professores de história, por exemplo, o número de respostas positivas à pergunta "você já passou por isso?" foi o mais expressivo, totalizando 391 ocorrências.

Figura 2 - Distribuição por área de conhecimento da educação básica e nível de contato com a perseguição a partir dos dados das disciplinas

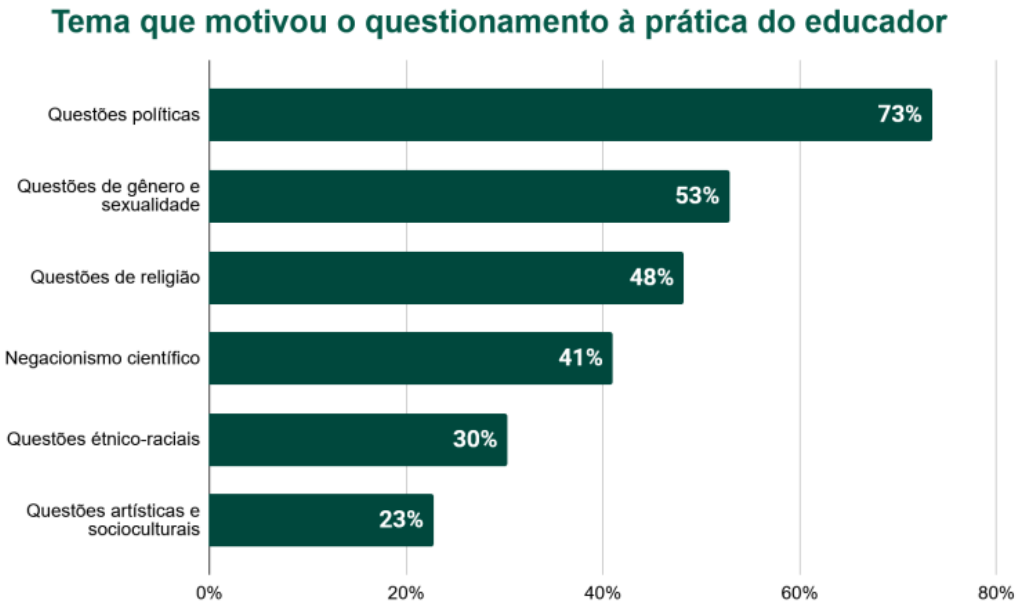


Fonte: Observatório Nacional da Violência Contra Educadoras/es (2025)

Com base nos dados apresentados, é possível aferir que as áreas das ciências humanas são particularmente afetadas por se situarem no âmbito da reflexão e da análise - frequentemente crítica - de paradigmas, problemas e questões que investigam as mais diversas configurações de sociedade. Algumas dessas disciplinas - como a História - remetem ao passado, interrogam-no a partir do presente e propõem - como a Sociologia - a reflexão e estudos das mais diversas crenças e grupos sociais. Nesse contexto, cabe recordar que a LDB estabelece, em seus princípios, um ensino democrático e plural, o que, em tese, garantiria o

exercício dessa abordagem pedagógica. Entretanto, os dados indicam que determinados temas configuram-se como sensíveis no ambiente escolar, com destaque para as categorias gênero, política e diversidade religiosa.

Figura 3 - Dados das respostas à pergunta “Quais tipos de questões motivaram?”, respondida por educadores que indicaram “Passei por isso”



Fonte: Observatório Nacional da Violência Contra Educadoras/es (2025)

Os dados contribuem para corroborar a hipótese de que os ideais do movimento Escola sem Partido ainda se manifestam no ambiente educacional. Observa-se, no gráfico, que as “questões de religião” são tratadas como passíveis de questionamento à prática docente. Conforme exemplificado pela postagem de Nagib acerca da religiosidade indígena, esse tipo de questionamento ocorre, em geral, a partir do simples contato dos alunos com religiões de matriz africana ou com aquelas que fogem ao padrão cristão ocidental. Em última instância, a rejeição ao contato com o diverso reforça visões preconceituosas e contrárias à pluralidade.

Dessa forma, as diferenças são estigmatizadas e reduzidas à noção de “ideologia” - aqui compreendida em sentido pejorativo. O componente religioso dominante exerce influência direta sobre esse cenário, mobilizando seus espaços, tanto na política institucional quanto nas

práticas cotidianas (como as missas), para promover seus interesses particulares. Consequentemente, a formação social da educação, entendida por Fernandes como um processo que depende da construção do homem, acaba por refletir uma lógica excludente, e não propriamente inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dados do Censo do IBGE de 2022 indicam que, apesar da primeira desaceleração do crescimento evangélico desde 1960, o número de fiéis atingiu a marca de mais de 40 milhões de brasileiros[14]. É importante destacar que esse crescimento populacional veio acompanhado da ampliação da participação desse segmento na política institucional. Assim, um projeto de sociedade de matriz religiosa passa a ser transformado em política de Estado sem quaisquer constrangimentos - e isso ocorre mesmo diante da previsão constitucional de um Estado laico. Nesse processo de tomada de poder, elimina-se aquilo que foge à norma, tendo em vista os valores cristãos como padrão universal da vida social.

Além disso, a constante divinização de fenômenos sociais e históricos dificulta mudanças e progressos em nome da preservação de valores específicos. A liberdade da mulher é questionada sob a justificativa da necessidade de submissão; o casamento homoafetivo é condenado diante da ideia do pecado; e as desigualdades sociais são naturalizadas a ponto de serem interpretadas como "falta de fé", alimentando, assim, a ideologia da meritocracia.

No âmbito escolar, a tentativa de construir uma educação emancipadora e plural é sistematicamente interpretada como doutrinação ou corrupção de crianças e adolescentes. Noções como "ideologia de gênero" ou "marxismo cultural" são mobilizadas de forma vaga e ampla, de modo a fazer caber sob o leque da vigilância e da acusação qualquer prática pedagógica que conteste valores tradicionais - vigilância essa realizada pelos próprios pais e, por vezes, até pelos estudantes. Com esse cenário posto, o saber docente e a própria ciência são colocados em xeque. O anticomunismo, junto ao antipetismo, seguem sendo ideologias mobilizadoras de afetos, medos e angústias. As consequências são notáveis.

[14] Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=10. Acesso em: 4 ago. 2026.

O movimento que nega acontecimentos históricos (como a ditadura militar), fenômenos biológicos (como a teoria da evolução ou a eficácia das vacinas) e evidências geográficas e astronômicas (como o formato esférico da Terra) assola a educação brasileira. A disputa exclusivamente pelo componente racional, como aponta Demuru (2024), já não se mostra suficiente, pois a própria verdade é relativizada ao ponto de se tornar mero "ponto de vista" ou “criação de narrativas”.

Ainda que derrotado institucionalmente - com a derrubada de projetos de lei e o arquivamento de propostas vinculadas ao Escola sem Partido em âmbito nacional -, os ecos desse movimento e de sua aliança com setores conservadores e religiosos afetam um espectro muito mais amplo do que a sala de aula, o que por si só já seria grave o suficiente. A desvalorização do professor, das escolas e das universidades acompanha uma conjuntura política mais ampla, que se ampara em fundamentalismos religiosos e ideologias extremistas. Essa conjuntura se manifesta em constantes ameaças à ordem democrática - como o episódio do 8 de janeiro -, na perpetuação de preconceitos e discriminações contra grupos historicamente marginalizados, inclusive de religiões de matriz africana, e no uso do Congresso Nacional para fazer valer interesses corporativos e religiosos, como a ampliação da imunidade tributária para igrejas ou o deliberado obstrucionismo a pautas progressistas.

Longe de oferecer respostas prontas para as diversas questões colocadas, o exercício de refletir o cenário e interrogá-lo apresenta-se como um aliado indispensável. A análise crítica de uma conjuntura mais ampla, bem como a própria abertura para o debate, permite a compreensão do fenômeno por diversos ângulos, evitando leituras reducionistas ou maniqueístas. Trata-se, portanto, de reconhecer a complexidade do problema e resistir à tentação de soluções simplistas. A religião, em si mesma, não deve ser vista como um problema. O que demanda avaliação sistemática e crítica são os usos políticos, seletivos e instrumentalizados que dela se faz.

Em síntese, inserir o movimento Escola sem Partido e suas consequências dentro da lógica da guerra cultural é também uma forma de procurar caminhos de enfrentamento não apenas no campo jurídico-institucional, mas também no campo ideológico e cultural. E embora a cultura e a ideologia sejam frequentemente demonizadas por esses grupos conservadores -

ainda que por eles mesmos amplamente mobilizadas -, elas podem se converter em aliadas estratégicas na construção de uma sociedade que inclua as diferenças em vez de sufocá-las.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S.; BARROS, L. F. W.; CARVALHO, A. **A. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 29, n. 2, p. 215-242, 2017.

AÇÃO EDUCATIVA – Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). **A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso.** São Paulo: Ação Educativa, 2016.
BASILIO, Ana Luiza. **A montanha pariu um rato: o saldo da presidência de Nikolas Ferreira na Comissão de Educação**. *CartaCapital*, 25 fev. 2025. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/a-montanha-pariu-um-rato-o-saldo-da-presidencia-de-nikolas-ferreira-na-comissao-de-educacao/. Acesso em: 4 ago. 2026.

CÂMARA dos Deputados. **DECRETO-LEI 477/1969**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 25 mai. 2026.

CÁSSIO, Fernando. **Escolas de educação básica militarizadas e militares no Brasil: base de dados nacional.** [Nota Técnica]. São Paulo: DEEP-USP, 22 mai. 2026. Disponível em: https://deep.fe.usp.br.

CURY, Carlos Roberto Jamil; HORTA, José Silvério Bahia; BRITO, Vera Lúcia Alves de. **Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e plano nacional da educação**. Belo Horizonte: Editora do Brasil S/A, 1997.

DEMURU, Paolo. **Políticas do encanto: extrema direita e fantasias de conspiração**. São Paulo: Editora Elefante, 2024.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. **Bolsonaro e a Cultura do Politicamente Incorreto na Política Brasileira**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - UFJF, v. 13, n. 2, dez. 2018.

DIP, Andrea. **Em nome de quem? A Bancada Evangélica e seu Projeto de Poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Panorama do Censo 2022: indicadores*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=10. Acesso em: 4 ago. 2026.

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. **A Legislação de Educação no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985): um espaço de disputas**. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2010.

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos "Escola sem Partido" no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar**. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordaça, 2020.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA VIOLÊNCIA CONTRA EDUCADORAS/ES [ONVE]. **Um estudo quantitativo sobre a perseguição de educadoras/es no Brasil**. Niterói: ONVE, 2025. (Ameaças à educação democrática, Vol.1). Disponível em: https://www.andes.org.br/diretorios/files/renata/2025/13/Um%20estudo%20quantitativo%20da%20perseguicao%20educadores%20no%20Brasil%202025.pdf. Acesso em: 23 mai. 2026.

RIBEIRO, Paulo Victor. **Por que a disciplina de escolas cívico-militares está prejudicando seu filho?** A Ponte Jornalismo, 2024. Disponível em: https://ponte.org/por-que-disciplina-de-escolas-civico-militares-prejudica-o-seu-filho-entenda/. Acesso em: 28 mai. 2026.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

ROMANCINI, Richard. **Do "Kit Gay" ao "Monitor da Doutrinação": a reação conservadora no Brasil**. Contracampo, Niterói, v. 37, n. 2, p. 87-108, ago./nov. 2018.

ROSO, Adriane; ROMANINI, Moises; CADEMARTORI, Ana Carolina. "**Kit Escola Sem Homofobia" e discursos políticos: quando representações sociais se tornam ideológicas**. Revista Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 14, n. 37, p. 395-424, 2017.